

O SEXO E A INTERPRETAÇÃO DO CORPO

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, 235 P.

Othávio Bambino Ribeiro Silva*

No terceiro capítulo, denominado “O Sexo”, Sara Salih, em seu livro *Judith Butler e a Teoria Queer*, faz uma brilhante análise das relações entre sexo e gênero, e também de como o corpo é interpretado e construído culturalmente pela sociedade através do discurso, e como é sua relação nas estruturas de poder. Tem como base as teorias de Butler, mas também recorre a outros pensadores como Althusser, Lacan, Derrida, Austin e Freud.

Na introdução, denominada “A matéria da matéria”, além de trazer um pouco do que se lê em *Gender Trouble*, faz uma crítica a Butler em relação à construção do gênero e sexo. Concorde com Simone de Beauvoir, e seu pensamento de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, mas que isso se aplica apenas ao gênero, e não se estende ao sexo. Segundo a autora, ninguém nasce “masculino” ou “feminino”, mas todos nascemos “machos” ou “fêmeas”.

Adiante, discorre não ser novidade que, para Butler, corpos são discursivamente construídos. Porém, Judith Butler rejeita a distinção entre sexo e gênero nesse discurso, chegando a afirmar que sexo é gênero. Para Salih, se aceitarmos que não existe corpo fora do discurso "generificado", deveríamos admitir também quem todo corpo já é, desde sempre, "generificado". Finaliza a seção com a ressalva de que o gênero é uma oportunidade de interpretar o corpo e molda-lo culturalmente, uma vez que fisicamente, a maioria de nós tem que aceitar e assumir o corpo que já tem.

Salih, em seguida, enfatiza a forma singular como escreve Judith Butler. A própria Butler afirma que utiliza desta linguagem difícil para mostrar os limites da inteligibilidade

* Graduando em Filosofia pela PUC Minas. Integrante do Grupo de Estudos sobre Simone de Beauvoir e do GPFEM-PUC Minas. Bolsista de pesquisa FIP/PUC Minas desde 2014.

simbólica de um corpo instavelmente sexuado. Além disso, busca chamar a atenção para as identidades e corpos que na atual situação “pensam” e os que não “pensam”. Para Butler, a identidade sexual é formada através da violenta rejeição e exclusão dos que não “pensam”, os quais não estão inseridos no contexto heterossexual.

Para falar de interpelação, a autora recorre ao dicionário, onde interpelar tem o sentido de chamar alguém, uma convocação, citação ou intimação. Butler, porém, utiliza um significado mais filosófico, em que se atribui a alguém o papel de sujeito, e este o assume. Althusser nos dá o exemplo do policial que grita para alguém na rua “Ei, você!”, e a pessoa se volta para ele. O policial, ao gritar, interpela a pessoa como sujeito e esta, ao se voltar, se assume como tal.

Na seção seguinte, a autora esclarece que o sexo é um efeito, e não uma causa. O corpo, aparentemente “natural”, não é mais do que “um efeito naturalizado” do discurso, um corpo construído linguisticamente. Existe uma indissolubilidade entre materialidade e significação – o corpo é significado na linguagem e não tem lugar fora de uma linguagem que é, ela própria, matéria (SALIH, 2013, p.113). “Linguagem e materialidade não são opostas, pois a linguagem tanto é material quanto se refere ao que é material, e aquilo que é material nunca escapa completamente do processo pelo qual é significado” (BUTLER, apud SALIH, 2013, p.114).

Essa materialização do discurso também se apresenta no sexo e gênero. São interpretações da matéria que se dão como um “fato natural”, ou uma “realidade”, que segundo a autora, não devem ser aceitas, pois senão, se afirmaria a hegemonia heterossexual.

Em “construtivismo e seus desafetos”, Salih reitera que Butler não deve ser classificada como uma “construtivista radical”, e nem dizer que para ela “tudo é discursivamente construído”, pois, dessa maneira se distorce a abordagem desconstrutivista da autora. “Desconstruir significa admitir e analisar as operações de exclusão, de rasura, de violenta forclusão, de abjeção e seu inquietante retorno, presentes na construção discursiva do sujeito” (BUTLER, apud SALIH, 2013, p.114).

Porém, ao se analisar o “construtivismo”, nos deparamos com um problema peculiar: Quem ou o que está realizando a construção? Butler clarifica essa questão, afirmando que a construção não é “um processo unilateral iniciado por um sujeito

preexistente” (BUTLER, apud SALIH, 2015, p.115). Discurso e poder não são atos singulares personificados por alguém. São indeterminados, múltiplos e dispersos. Por sua vez, não devemos focar nas causas, e sim nos efeitos.

A autora, adiante, dá ênfase à questão do falo lésbico, e recorre a Freud e Lacan para ilustrar melhor essa questão. Este falo tem uma estreita ligação com o imaginário morfológico. Entende-se morfologia como a “ciência da forma”, e em psicanálise refere-se à forma assumida pelo corpo no curso da formação do ego. Imaginário aqui não é apenas imaginar. É, na verdade, parte da distinção de Lacan entre o Imaginário (domínio das imagens e das fantasias conscientes e inconscientes), o Simbólico (o sistema de linguagem que o bebê é compelido a entrar, abandonando o imaginário) e o Real (o que fica fora do simbólico e dos limites do discurso).

O falo é um símbolo. Um homem não tem que sair mostrando seu pênis para os outros. Imagina-se que ele tenha um. E podemos dizer que na verdade o falo é um símbolo de poder. Mas como possuir determinado órgão sexual pode fazer uma pessoa ter mais poder que a outra? A autora não enfatiza esse ponto, mas podemos imaginar que o homem exerça esse poder com a premissa de que ao possuir um pênis, pode usa-lo contra você, num ato sexual forçado, doloroso. O medo do estupro talvez seja a raiz do poder masculino. Mas, segundo a autora, o símbolo do falo não precisa ter necessariamente uma ligação com o pênis, e, para Butler, esse símbolo pode ser transferido para uma mulher, mesmo que esta não tenha o referido pênis, podendo esse símbolo ser transferido para outra parte do corpo ou algo que se assemelha.

Entendendo falo como algo que dá poder a alguém, um poder que exerça influência sobre o outro, uma arma, um cargo ou até mesmo o dinheiro, nesse sentido, podem se tornar um exemplo de falos não citados pela autora. Porém, existe uma diferença entre “ter” o falo e “ser” o falo. Ninguém efetivamente pode “ter” o falo, pois ninguém pode possuir algo abstrato como um símbolo. Mas a pessoa pode, ela própria, também, “ser” o falo, na ideia de ser o significante do desejo do outro. Aqui, não é mais o medo da dor que exerce influência no outro, como no exemplo do parágrafo anterior, mas sim a busca pelo prazer. Um homem que deseja uma mulher se vê impelido a satisfazer as vontades da mesma, a fim de possivelmente alcançar o que deseja. A mulher ganha então um certo poder sobre o homem.

Mas como seria, na prática, exercer o falo lésbico? De acordo com o que se pode entender da autora, não se exerce o falo lésbico como uma forma coerciva pela dor ou pelo prazer. Exerce-se o falo lésbico quando não nos submetemos à hegemonia heterossexual masculina. Quando, por exemplo, não obedecemos às regras moralizadoras do atual sistema e não permitimos que o outro influencie nossas ideias e ações. Quando se assume nossa autonomia e utilizamos nosso livre arbítrio.

Salih finaliza o capítulo enfatizando a questão da performatividade. Com a ajuda dos exemplos de J. L. Austin, em seu livro *Como fazer coisas com as palavras*, podemos compreender melhor esta questão e sua estreita relação com a interpelação. Ao se dizer “Fui às compras”, não se está fazendo isso no exato momento. Chamamos isso de enunciado constativo. Porém, ao se dizer, no cartório, “sim”, diante do escrivão, à pergunta “Aceita esta mulher como sua esposa?”, se está realizando a ação no exato momento. São chamados então enunciados performativos. Para Judith Butler, isso também acontece quando o médico ou a enfermeira declara “É uma menina!” ou “É um menino!”. Não apenas relata o que se vê. Está atribuindo um sexo e um gênero a corpo que não pode ter existência fora do discurso. “É uma menina!” não é uma constatação de um fato, mas sim uma interpelação que marca o início do “tornar-se menina”. A partir daí, esta menina se vê impelida a seguir normas sexuais e de gênero, e encenar a atribuição lhe dada pela imposição social.

Enfatizando o processo de interpelação, chamando-o de “citação”, deixa claro que Butler utiliza o sentido derridiano da palavra, para descrever as formas pelas quais normas ontológicas são empregadas no discurso, muitas vezes de forma forçada. Compara as ideias de Derrida com a declaração de Austin, em que, para ser ter força performativa, a afirmação deve: (1) ser enunciada pela pessoa designada para fazê-lo e num contexto apropriado; (2) observar determinadas convenções; e (3) levar em conta as intenções do enunciador (SALIH, 2013, p.127). Um neurocirurgião, ao se colocar no lugar de um padre e dizer “eu vos declaro marido e mulher”, não teria credibilidade. Assim como o padre, ao dizer a mesma frase para seus ursinhos de pelúcia, antes de dormir.

Finalizando, a autora expõe os argumentos de Derrida, que tira proveito da “fragilidade” percebida por Austin nos signos linguísticos. Para ele, todas essas citações podem ter uma interpretação diferente, ser transplantados para contextos imprevistos e

citados de modo inesperado, podendo gerar um fracasso eminente. Butler se aproveita desse pensamento para abrir espaço aos performativos de gênero subversivos, criando um espaço para novas ideias e novas interpretações em uma sociedade masculina heterossexual.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L.. **How to Do Things with Words**. 2nd edn.. M. Sbisà and J. O. Urmson (eds.). Oxford: Oxford University Press, 1975.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.